

CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE RELIGIÃO E ESTADO-NAÇÃO NA ATUALIDADE

ANTONIO CAUBI RIBEIRO TUPINAMBÁ*

* Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará.

Email: tupinamb@ufc.br

*¿no somos acaso hombres antes de judíos,
musulmanes o cristianos?*
Palavras do sábio Natan

Luis María Cinfuentes Pérez é professor de filosofia do Instituto Nuestra Señora de La Almudena em Madri e Fernando Catroga é doutor em história, professor da Universidade de Coimbra. Há muito em comum entre as idéias dos dois professores no que tange às relações entre religião e Estado. Essas idéias formarão os alicerces do texto atual, que pode ser compreendido como uma tentativa de análise das relações entre laicidade, justiça e cidadania na atualidade. Restringiremo-nos, para a elaboração do presente ensaio, a dois textos específicos dos autores, nomeadamente: *La laicidad y la nueva Europa* (CINFUENTES, 2003) e *Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo* (CATROGA, 2005).

A discussão sobre as relações entre religião e Estado está na pauta do dia e se tornou essencial para o esclarecimento das mais diversas questões relativas ao papel dos Estados na promoção do bem-estar de seus membros e no respeito a diferenças e a minorias. A cada dia diminui a tolerância social pelo “politicamente incorreto” e pela imposição de princípios religiosos para designar a supremacia de determinados grupos no cenário político internacional. Há um clamor social pela separação das forças estatais e religiosas em nome da viabilidade de um Estado moderno e que cumpra seu dever de possibilitar o acesso dos cidadãos a informações diversas, pontos de vista diferentes, uma gama variada de escolha, maior

autonomia de pensamento e de ação e oportunidade de construir opinião própria sobre um número maior de fenômenos, a exemplo do que afirma o cientista social francês Gilles Lipovetsky (2005) sobre a mídia na atualidade.

A Turquia de hoje é um exemplo disso. O país oscila entre uma população retrógrada e apegada a valores religiosos radicais com objetivos de construção de um estado teocrático seguindo o modelo de países vizinhos e uma população progressista, ciente da necessidade de encurtar sua distância até a Europa por meio da manutenção e aprofundamento do laicismo já preconizado pelo seu fundador. A atuação das autoridades turcas frente à minoria curda no presente e sua política interna de repressão aos armênios no passado criam um fosso quase insuperável entre a imagem de um Estado moderno, homogêneo e ocidentalizado e o mosaico cultural que sempre foi e talvez nunca deixe de ser. Algo, porém, distingue-os dos demais que os cercam: os turcos primam pela manutenção do laicismo de Estado e tem numa parte significativa da população e de longe a mais influente econômica, cultural e politicamente, o conhecimento de como, no meio de tanta adversidade, manter separadas as questões de Estado e de religião.

Modelos de Estados, nos quais um pensamento religioso ou um mosaico de valores buscam dominar o ideário e a existência de todos, pressupõem a prática

de atos de base moral personalista em detrimento daqueles oriundos dos princípios democráticos das sociedades modernas.

Estados *religiosos* ou teocráticos provam-se incompatíveis com as demandas deste século. Observa-se, na busca da verdade e do bem viver, uma idiossincrasia européia, assim como na defesa da justiça, da liberdade e dos direitos humanos. Mas, como critica Arranz (citado por Sloterdijk, 2004), esse não pode ser um *privilégio* europeu; os povos, em geral, têm lutado por liberdade e justiça, ou ao menos por uma determinada definição de idéias nessa direção. Parte dessa luta é, pois, a busca da construção e consolidação de Estados laicos que realizem as demandas de seus cidadãos.

Para Fernando Catroga (2005: 13), a religião do homem, cinge-se “a uma adesão puramente interior a Deus e aos deveres eternos da moral, intuídos a partir da consciência, criação divina por excelência”. Vale, ainda, na atualidade, a crença de que a ausência de religião gera o perigo e uma diferença insuportável, aproximando-se do que hoje conhecemos como idéia mestra dos Estados de fato ou disfarçadamente teocráticos.

Hoje, a ameaça do terrorismo, elemento difícil de ser ignorado, dá asas à idéia original do surgimento de uma nova Nação, movida pela Providência, e cujo destino será o de iluminar os demais povos da Terra. As conclusões sobre a hegemonia estadunidense de Noam Chomsky se coadunam com o paradigma bíblico utilizado na retórica da religião, na qual se percebe a idéia de povo eleito encarnada no novo povo americano, crente que é portador de uma *vocação* que lhe dita o cumprimento de um destino manifesto.

Mas para defender o laicismo como pilar das democracias modernas e para compreender o debate que se abriu a partir do projeto de Constituição Européia, Cifuentes (2003: 37) discorre sobre o embate entre laicidade e cristianismo, como elementos rivais na construção da identidade da nova Europa. Nessa luta o laicismo deve estar em vantagem, uma vez que a construção de Estados verdadeiramente justos depende cada vez mais dessa opção laica alentadora

da convivência democrática, do respeito à liberdade de consciência e dos direitos humanos de todos, uma vez se constituir no horizonte ético mais avançado e justo de que se dispõe hoje a humanidade.

Talvez seja a França o único país europeu que possui um estatuto de laicidade para suas instituições públicas, uma ética autônoma baseada nos direitos humanos e nos ideais do Iluminismo com base no lema revolucionário: “liberdade, igualdade e fraternidade”: “Em los demás países europeos El proceso de secularización de la ética social no tiene un componente de laicidad tan evidente y tan arraigado como em Francia” (CIFUENTES, 2003: 44).

Essa forma de espiritualidade laica característica do republicanismo francês, deveria ser o ingrediente essencial de uma nova ética humanista e laica própria das sociedades secularizadas atuais. As acusações de anticlericalismo ao movimento laicista esquecem ou minimizam os abusos do poder clerical e dos partidos “clericais” na história mundial. A laicidade como projeto filosófico não promove diretamente o anticlericalismo nem consiste em uma rejeição sistemática ao clero; o laicismo como movimento social e cívico sustenta que nenhuma igreja, confissão ou instituição religiosa deve desfrutar de privilégios políticos, econômicos ou culturais no âmbito público e que os governantes não devem atuar na elaboração de leis sob os ditames de nenhum clero ou igreja, uma vez que os Estados e os poderes públicos devem ser neutros em matéria de crenças religiosas. O princípio fundante de laicismo do Estado exige que se garantam a todos a liberdade de consciência, não somente a liberdade religiosa, e, portanto, inadmissível ao clero de qualquer confissão religiosa a utilização de mecanismos e poderes do Estado para fazer prevalecer suas crenças e para tentar impor a todos suas normas e seus valores morais. Nada impede que um governante de outra confissão religiosa ou sem nenhuma confissão seja igual ou melhor do que um governante de confissão cristã, pois a gestão dos assuntos de Estado não depende da profissão de fé, senão de uma ética pessoal e de uma ética pública que não estão vinculadas à religião. Ser um bom cidadão ou um bom governante não exige

ser cristão nem adotar a expressão pública das crenças religiosas. O ateu pode ter um comportamento ético-social superior à prática de muitos crentes (PIERRE BAYLE, citado por CATROGA, 2005).

A utilização política das religiões tem sido historicamente fonte de violência, fanatismo e guerra. No fundo, há um elemento constitutivo de todas as religiões monoteístas que torna difícil o respeito e a tolerância das demais religiões e crenças. Se cada religião monoteísta, cada religião do Livro (cristianismo, islamismo e judaísmo) se apresenta como a única possuidora da Verdade em questões morais e de formas de vida, é impossível que não surjam conflitos entre elas. Por tudo isso, a laicidade e o laicismo podem se apresentar no mundo atual como uma ponte de diálogo entre as culturas e as religiões, já que promovem a tolerância das diferentes culturas e o respeito a todos os estilos de vida, desde que não atentem contra os direitos humanos:

Sin embargo, nada más lejos del pensamiento laicista que la intolerância y la exclusión de las religiones; basta leer a F. Giner de los Ríos y a Fernando de los Ríos para comprender hasta qué punto la tolerância positiva y El respeto a la libertad de conciencia de cada persona son la base de su filosofía política y de su ética individual y social (CIFUENTES, 2003: 45).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATOGRA, F. Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.
- CHOMSKY, N. *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*. Tradução: Regina Lyra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- CIFUENTES, L. M. La laicidad y la nueva Europa. *El rapto de Europa*, (3), novembro de 2003, 37-50.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2005.
- SLOTERDIJK, P. *Si Europa despierta*. Reflexiones sobre el programa de una potencia mundial en el fin de la era de su ausencia política. Traducción de Germán Cano. Valencia: Pre-Textos, 2004.